



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE**  
ESTADO DO PARANÁ  
Rua Presidente Costa e Silva, 280  
85.740-000 - PÉROLA D'OESTE

CGC.75.924.290/0001-69  
Fone/Fax (046) 556.1223  
PARANÁ

**LEI Nº 226/99**

**DATA: 30 de agosto de 1.999**

**SÚMULA: Estabelece Diretrizes para a elaboração do Orçamento – Programa do Município de Pérola D'Oeste, referente ao exercício do ano 2.000.**

O Povo do município de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Esta Lei estabelece diretrizes para a elaboração do Orçamento – Programa do Município de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, referente ao exercício de 2.000.

## **CAPÍTULO I**

### **DAS DIRETRIZES GERAIS**

**Art. 2º.** São diretrizes orçamentárias gerais as instruções constantes da presente Lei, destinadas à elaboração do Orçamento – Programa do Município de Pérola D'Oeste, para o exercício de 2.000.

### **Seção I**

#### **Das Despesas Municipais**

**Art. 3º.** Constituem despesas municipais aquelas destinadas à aquisição de bens e serviços para o cumprimento dos objetivos do Município e os compromissos de natureza social e financeira.

**Art. 4º.** As despesas municipais serão fixadas por serviço mantido pelo Município, considerando-se:

- I – a carga de trabalho estimada para o exercício, para o qual se elabora o orçamento;
- II – os fatores conjunturais que possam afetar a produtividade e os gastos;
- III – o levantamento dos dispêndios com a realização dos serviços públicos;
- IV – os gastos de pessoal, nos limites legais, incluindo:
  - a) a concessão de vantagem, reajuste e aumento de remuneração, nos termos da Lei que define a política salarial dos servidores públicos municipais;

*B*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE**  
ESTADO DO PARANÁ  
Rua Presidente Costa e Silva, 280  
85.740-000 - PÉROLA D'OESTE  
CGC.75.924.290/0001-69  
Fone/Fax (046) 556.1223  
PARANÁ

b) a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreiras;

c) a admissão de pessoal a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

d) o pagamento dos inativos, aposentados e pensionistas, com benefício adquirido até 01.07.99, quando da vigência da Lei nº 223/99.

**Art. 5º.** O orçamento do Município destinará, obrigatoriamente, recursos para o pagamento dos serviços da dívida municipal.

## **Seção II**

### **Das Receitas Municipais**

**Art. 6º.** Constituem receitas do Município as provenientes:

I – dos tributos de sua competência;

II – das atividades econômicas que, por conveniência, possa o Município executar ou vir a executar;

III – de transferências por força do mandamento constitucional ou de convênios firmados com as entidades governamentais ou privadas, nacionais ou internacionais;

IV – de empréstimos e financiamentos com prazo superior a doze meses, autorizados por lei específica, vinculados a obras ou serviços públicos;

V – de empréstimos por antecipação da receita, devidamente autorizados por lei.

**Art. 7º.** A estimativa de receita considerará:

I – os fatores conjunturais que possam vir a influenciar a produtividade de cada fonte de receita;

II – a carga de trabalho estimada para o serviço, quando este for remunerado;

III – os fatores que influenciam a arrecadação dos impostos, taxas e da contribuição de melhoria;

IV – as alterações na legislação tributária;

V – a conjuntura econômica nacional e os fatores que possam influir no desempenho do comportamento da receita municipal.

**Art. 8º.** Cabe ao Município arrecadar, todos os tributos de sua competência.



§ 1º. O cálculo para o lançamento, cobrança e arrecadação da contribuição de melhoria obedecerá a critérios legais que serão divulgados à população através dos órgãos de comunicação.

§ 2º. O Município procederá à inscrição de inadimplentes em dívida ativa e à sua cobrança.

**Art. 9º.** O Município deverá rever e atualizar sua legislação tributária para o exercício de 2.000, para o cumprimento do princípio da capacidade econômica do contribuinte, de acordo com as disposições do Código Tributário Municipal.

§ 1º. A revisão e atualização de que trata o *caput* deste artigo, compreenderão, também, a modernização da máquina fazendária, no sentido de aumentar sua produtividade.

§ 2º. Aplica-se o disposto no parágrafo anterior à administração da dívida ativa.

**Art. 10.** As receitas oriundas de atividades econômicas exercidas pelo Município terão suas fontes revisadas e atualizadas, considerando os fatores conjunturais e sociais que possam influenciar na respectiva produtividade.

### **Seção III**

#### **Das Prioridades e Metas da Administração Municipal**

**Art. 11.** Constituem prioridades e metas da administração municipal, para o exercício de 2.000:

I – prioridades:

a) a seguridade social, compreendendo um conjunto integrado de ações de iniciativa do poder público e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde e à assistência social;

b) a universalização do acesso à pré-escola e ao ensino fundamental, com garantia de qualidade de ensino;

c) o atendimento ao idoso, à criança e à família;

d) a agroindustrialização;

e) a organização da sociedade;

II – metas, por Funções de Governo, as definidas nos parágrafos deste artigo.

§ 1º. Na **Função Legislativa**, definem-se as seguintes ações programáticas:

I – instalação adequada dos setores da Administração do Legislativo Municipal;

II – informatização do processo legislativo, da jurisprudência pertinente e do controle externo da Administração Pública, garantindo

6



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE**  
ESTADO DO PARANÁ  
Rua Presidente Costa e Silva, 280  
85.740-000 - PÉROLA D'OESTE  
CGC.75.924.290/0001-69  
Fone/Fax (046) 556.1223  
PARANÁ

ao povo acesso às informações, com aquisição de computadores e componentes eletrônicos;

III – adequação e melhoria das instalações do edifício da Câmara Municipal de Pérola D'Oeste, quanto à funcionalidade e à melhoria das condições de trabalho das Comissões, dos Vereadores e dos Servidores;

IV – manutenção dos serviços administrativos da Câmara Municipal de Pérola D'Oeste;

V – aprimoramento dos métodos de fiscalização financeira e orçamentária do Município;

VI – aparelhamento com equipamentos para gravação das sessões, que servirá como documentário da Câmara;

VII – ampliação do prédio da Câmara;

VIII – criação do Quadro Próprio de Funcionários da Câmara Municipal;

IX – instalação de sistema de som ambiente.

**§ 2º. Integram a Função Administração e Planejamento as seguintes ações:**

I – coordenação e assessoramento das atividades municipais;

II – atualização e cadastramento de todos os munícipes, mantendo um banco de dados fidedignos para um bom planejamento em todos os setores da Administração;

III – informatização do sistema administrativo, aperfeiçoando o sistema de planejamento, orçamentação e controle interno;

IV – treinamento e aperfeiçoamento de recursos humanos;

V – equipamento dos departamentos de administração superior: de administração e de finanças, com mecanismos que melhorem a arrecadação, a divulgação e a participação popular, tais como aquisição de veículos e equipamentos, e capacitação dos recursos humanos;

VI – contribuição ao INSS, FGTS e PASEP;

VII – execução da Política Administrativa do Município, englobando serviços gerais, controle do patrimônio funcional e demais atividades do quadro de pessoal;

VIII – continuidade nas obras de ampliação do prédio da Prefeitura, com aquisição de equipamentos;

IX – construção de barracões industriais, na sede e no interior;

X – registro e controle dos tributos arrecadados e desembolso das despesas, inclusive amortização de empréstimos tomados e parcelamento de dívidas;

6



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE**  
ESTADO DO PARANÁ  
Rua Presidente Costa e Silva, 280  
85.740-000 - PÉROLA D'OESTE

CGC.75.924.290/0001-69  
Fone/Fax (046) 556.1223  
PARANÁ

XI – quitação de sentenças judiciais diversas;  
XII – incentivo às indústrias e comércios do município;  
XIII – manutenção e ampliação dos sistemas de telefonia e retransmissão de sinais de TV na sede e no interior, com instalação de Postos de Serviços Telefônicos – PSs ou sistemas melhorados, nas comunidades do interior;  
XIV – incentivo na implantação e instalação de uma rádio no município;  
XV – atualização dos Códigos Tributário, de Postura e de Edificações e Obras;  
XVI – reestruturação da divisão de tributação e fiscalização;  
XVII – alteração do estatuto dos servidores municipais;  
XVIII – alteração na Lei de cargos e salários;  
XIX – convênios com órgãos e entidades nacionais e estrangeiras.

**§ 3º. A Função Agricultura** compreende as seguintes ações:

I – organização dos agricultores em associações e cooperativas;

II – implantação de lavouras demonstrativas no município com diferentes culturas;

III – cursos para os agricultores nas áreas eleitas por eles próprios;

IV – programas de olericultura, fruticultura, piscicultura com construção de açudes tecnificados e subsidiados pela União, pelo Estado e Município, bovinocultura de leite e de corte, suinocultura, apicultura, avicultura de postura e corte, agricultura com recuperação e conservação de solo subsidiando serviços de horas/máquina, murundum e drenagem, aquisição de calcário subsidiado pela União e pelo Estado, e cultura da cana-de-açúcar;

V – programa de melhoramento da pequena propriedade na infra-estrutura, proteção de fontes, distribuição de mudas de árvores, conservação, readequação das estradas e, aquisição de sementes para adubação verde e transporte de insumos;

VI – programa de reflorestamento, reposição da mata ciliar nos rios e fontes, com distribuição de mudas de árvores;

VII – manutenção da Casa Familiar Rural destinada à formação de filhos de agricultores;

VIII – assessoramento à feira de produtos dos pequenos agricultores;

IX – convênio com entidades de assistência técnica e de extensão rural, e com a Associação da Casa Familiar Rural;

0



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE**  
ESTADO DO PARANÁ  
Rua Presidente Costa e Silva, 280  
85.740-000 - PÉROLA D'OESTE

CGC.75.924.290/0001-69  
Fone/Fax (046) 556.1223  
PARANÁ

X – construção de abastecedouros comunitários, para uso na pulverização de agrotóxicos e construção de depósito de lixo agrotóxico;

XI – instituição do Fundo de Desenvolvimento Agropecuário;

XII – aquisição de um veículo;

XIII – incremento no viveiro para produção de mudas de árvores;

XIV – programa de fomento de matéria prima, com implantação de agroindústrias (tratores e implementos);

XV – construção de parques de lazer, de ecoturismo para caminhadas ecológicas;

XVI – programa de reflorestamento para reserva legal e energética;

XVII – realização da Conferência Municipal da Agricultura para traçar as ações do setor.

**§ 4º. Na Função Educação, Cultura e Esporte** serão executadas as seguintes ações programáticas:

I – manutenção do Ensino Fundamental, Pré-Escolar e Educação Especial, de acordo com a Emenda Constitucional 14/96, Lei Federal nº 9424/96 e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, inclusive com assinaturas de convênios;

II – aquisição e distribuição da merenda escolar com sua municipalização;

III – treinamento dos profissionais da área da educação, tanto na escolarização como na profissionalização;

IV – transporte de escolares e professores, inclusive com a manutenção da frota de veículos, reforma e aquisição de outros;

V – construção, ampliação e conservação de salas de aula nos Núcleos de Ensino: Sede, Mundo Novo, Conciolândia e Esquina Gaúcha;

VI – reequipamento do Departamento de Educação, Cultura e Esporte;

VII – informatização e reequipamento dos Núcleos de Ensino;

VIII – manutenção e ampliação da Creche Municipal da sede;

IX – instalação e equipamento da biblioteca municipal;

X – manutenção da educação especial, com transferência de recursos à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE;

XI – promoção de eventos comemorativos: Semana da Pátria e Aniversário do Município, com eventos culturais e esportivos envolvendo professores e alunos do município;

6



e Festivais;

XIII – manutenção, promoção e difusão do desporto amador, com eventos esportivos e atividades artístico – culturais;

XIV – construção de campos de futebol, de futebol suíço, de quadras de areia, quadras de esporte e cobertura das existentes;

XV – reformulação e manutenção do campeonato municipal de futebol;

XVI – incentivo e manutenção de Escolinhas em todas as modalidades;

XVII – parceria com as Escolas Estaduais no que se refere a Projetos e Resultados em jogos escolares, da juventude e abertos;

XVIII – criação da Banda Municipal;

XIX – criação de um coral infantil;

XX – implantação de olimpíadas das comunidades;

XXI – continuidade da construção do ginásio de esportes;

XXII – equipar a casa da cultura e eventos.

**§ 5º. A Função Habitação e Urbanismo** compreende as seguintes prioridades:

I – manutenção dos serviços de limpeza pública, coleta de lixo urbano e diversas atividades relativas aos serviços de utilidade pública;

II – programa de reciclagem do lixo urbano, com aquisição de terreno e construção de usina;

III – aquisição de terrenos na sede e distritos destinados a obras públicas e sociais;

IV – manutenção e ampliação dos serviços de iluminação pública na sede e no interior;

V – conservação e ampliação dos parques e jardins;

VI – continuidade da canalização do riacho Trinta e Cinco, do córrego do Bosque Municipal e da Sanga da Ovelha;

VII – pavimentação de ruas e avenidas do perímetro urbano da sede e distritos, e vilas do interior, com galerias, meio – fios, muros, passeios;

VIII - construção de casas populares através de convênio e de programas habitacionais (assentamento dos moradores em área pública);

IX – aquisição de veículo;

X – construção de capela mortuária na sede;

XI – aquisição de equipamentos e manutenção da mini – marcenaria;

XII – construção de pista de bicicros;



XIII – adequação de passeios e acessos a estabelecimentos públicos para facilitar o trânsito de deficientes;

XIV – construção de monumento com símbolo e o nome do município.

§ 6º. Integram a Função Saúde e Saneamento as seguintes ações:

I – manutenção das ações de assistência médica, odontológica e sanitária nos postos de saúde e hospitais, através do Fundo Municipal de Saúde, administrado pelo Conselho Municipal de Saúde, com recursos de convênios com o Ministério da Saúde, Secretaria de Estado da Saúde, Recursos Municipais e Sistema Único da Saúde – SUS;

II – programas de Saúde, priorizando a saúde preventiva, com campanhas educativas através dos meios de comunicação, das escolas e sociedade organizada;

III – intensificação das ações de vigilância sanitária, agindo conjuntamente à vigilância epidemiológica;

IV – programa de aleitamento materno, de assistência à gestante e crianças até 5 (cinco) anos;

V – construção e implantação de rede de esgoto, com estação de tratamento dos resíduos;

VI – instalação de módulos sanitários para a população de baixa renda;

VII – aperfeiçoamento e contemporização dos profissionais e agentes da área de saúde;

VIII – coleta e destino diferenciado do lixo comum e do hospitalar;

IX – primo pela qualidade da água;

X – programas voltados a grupos de portadores de patologias;

XI – aquisição de odontomóvel ou similar, de ambulância, de veículos para o Departamento;

XII – reequipamento do centro de saúde da sede e mini – postos, inclusive com equipamentos odontológicos;

XIII – construção de novo Centro de Saúde ou ampliação do atual;

XIV – conclusão dos sistemas de abastecimento de água, e construção de outros em comunidades do interior;

XV – colocação de coletores de lixo na sede e no distrito;

XVI – controle e erradicação dos focos de proliferação de insetos, e roedores e demais transmissores de doenças;

XVII – programa de qualidade de vida aos idosos;

6





- XVIII – programa de médico e internamento domiciliar –  
P. S. F.: Programa Saúde da Família;  
XIX – construção de matadouro municipal com  
aquisição de terreno;  
XX – aquisição de laboratório de análises clínicas.

**§ 7º. Na Função Assistência e Previdência** serão executadas as seguintes ações:

- I – reorganização das associações comunitárias, organização de cooperativas e apoio às entidades representativas de classes, para que consigam incentivos e/ou subsídios para melhorar em conjunto a qualidade de vida;  
II – manutenção do programa de assistência e previdência social em geral;  
III – promoção de cursos de trabalhos manuais e profissionalizantes;  
IV – manutenção dos Centros Comunitários, inclusive dos grupos de idosos do município;  
V – manutenção dos serviços de atendimento à criança e ao adolescente através do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente por seu Conselho Tutelar, de órgãos de poder público e da comunidade;  
VI – construção de sede própria para atendimento à criança e ao adolescente;  
VII – construção de centros comunitários ou similares no interior;  
VIII – construção de horta comunitária;  
IX – participação nas ações sociais dos Governos Estadual e Federal, através de convênios;  
X – ações através de Conferências Municipais da ação social, definindo o plano municipal da área;  
XI – construção de centro para idosos;  
XII – convênios com entidades sem fins lucrativos.

**§ 8º. A Função Transporte** compreende as seguintes ações:

- I – a manutenção do plano rodoviário municipal, com conservação de rodovias, pontes, pontilhões, bueiros e revestimento primário;  
II – construção de pontes, pontilhões e bueiros, pavimentação de rodovias com pedras irregulares e conclusão das já iniciadas;  
III – reequipamento do Departamento, com veículos e máquinas rodoviárias;  
IV – readequação de estradas;



V – cascalhamento de estradas municipais e estradas de acesso às propriedades dos produtores de frango, fumo, suínos e leite;

VI – ampliação da fábrica de artefatos de cimento para poder produzir, também, vigas destinadas a construção de pontes;

VII – treinamento e capacitação para operadores de máquinas, motoristas e funcionários da divisão de obras e serviços urbanos.

## **CAPÍTULO II**

### **DO ORÇAMENTO MUNICIPAL**

#### **Seção I**

##### **Disposições Preliminares**

**Art. 12.** O orçamento municipal compreenderá as receitas e despesas da administração direta, autárquica, fundacional e dos fundos especiais, de modo a evidenciar as políticas e programas de governo, obedecidos, na sua elaboração, os princípios da anualidade, unidade, equilíbrio e exclusividade.

§ 1º. Compreenderão o orçamento do município, em decorrência dos princípios mencionados no *caput* deste artigo, os orçamentos da administração direta e dos fundos especiais.

§ 2º. Os serviços municipais remunerados e as atividades de execução de obras, cujos custos serão recuperados pela contribuição de melhoria buscarão o equilíbrio na gestão financeira, através da eficiência na utilização dos recursos que lhe forem consignados.

§ 3º. As estimativas dos gastos e receitas dos serviços municipais, remunerados ou não, compatibilizar-se-ão com as respectivas políticas estabelecidas pelo governo municipal.

**Art. 13.** Na fixação dos gastos de capital para criação, expansão ou aperfeiçoamento dos serviços já criados e ampliados, com exclusão das amortizações de empréstimos, serão consideradas as prioridades e metas determinadas no Capítulo I desta Lei, bem como a manutenção e funcionamento dos serviços já implantados.

**Art. 14.** O Orçamento – Programa do Município de Pérola D'Oeste, para o exercício de 2000, será elaborado a preço de setembro de 1999.

**Art. 15.** A previsão dos recursos oriundos de operações de crédito não poderá ultrapassar o limite de trinta por cento das receitas totais projetadas para o exercício, para o qual se elabora o orçamento.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE**  
ESTADO DO PARANÁ  
Rua Presidente Costa e Silva, 280  
85.740-000 - PÉROLA D'OESTE  
CGC.75.924.290/0001-69  
Fone/Fax (046) 556.1223  
PARANÁ

**Art. 16.** Na programação de investimentos serão observadas as metas e prioridades constantes da Seção III do Capítulo I desta Lei.

## **Seção II**

### **Dos Fundos Especiais Municipais**

**Art. 17.** Para cada fundo especial será elaborado plano de aplicação, cujo conteúdo estabelecerá:

I – as fontes de recursos financeiros, determinadas pela lei de criação, classificadas nas categorias econômicas das Receitas Correntes e Receitas de Capital;

II – as aplicações, onde serão discriminadas:

- a) as ações que serão desenvolvidas através do Fundo;
- b) os recursos destinados ao cumprimento das metas e das ações classificadas sob as categorias econômicas de Despesas Correntes e Despesas de Capital.

**Parágrafo Único.** Os planos de aplicação serão parte integrante do orçamento do Município.

**Art. 18.** Nas ações dos fundos municipais e na programação de seus gastos, observar-se-ão as prioridades e metas constantes da Seção III do Capítulo I desta Lei.

## **CAPÍTULO III**

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 19.** Caberá aos órgãos de Planejamento e de Finanças do Município a elaboração das propostas de orçamentos de que trata a presente Lei.

**Parágrafo Único.** Os órgãos a que se refere o *caput* deste artigo confeccionarão o calendário das atividades de elaboração das propostas de orçamentos, devendo incluir reuniões com diretores de departamentos e assessores, e com os segmentos organizados da comunidade, para discussão das proposições.

**Art. 20.** A proposta orçamentária do Município para o exercício de 2000, a ser encaminhada pelo Executivo à Câmara Municipal até 21 de outubro de 1999, conterá:

- I – mensagem;
- II – projeto de lei orçamentária anual;

*B*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE**  
ESTADO DO PARANÁ  
Rua Presidente Costa e Silva, 280  
85.740-000 - PÉROLA D'OESTE  
CGC.75.924.290/0001-69  
Fone/Fax (046) 556.1223  
PARANÁ

III – tabelas explicativas a que se refere o inciso III do *caput* do artigo 22 da Lei Federal nº 4.320/64;

IV – relação dos projetos e atividades constantes do projeto de lei orçamentária, com a sua descrição e codificação, evidenciando as prioridades e metas definidas no artigo 11 desta Lei.

**Parágrafo Único.** A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária, cumprido disposto no inciso I do *caput* do art. 22 da Lei Federal nº 4.320/64, deverá explicitar os critérios adotados na previsão da receita.

**Art. 21.** A sessão legislativa ordinária não será interrompida em 15 de novembro, enquanto a Câmara não deliberar sobre a lei orçamentária do ano subsequente.

**Art. 22.** As diretrizes para o Plano de Governo, definidas na Lei nº 172/97, deverão ser implementadas pela Administração Pública.

**Art. 23.** Aplicam-se, no que couber, às sedes distritais, às demais localidades do interior e ao meio rural do município as prioridades e metas definidas nos parágrafos do art. 11 desta Lei.

**Art. 24.** Quando as despesas realizadas através de Convênios de natureza extra - orçamentária excederem o montante recebido, este será suportado pela dotação:

3.1.3.2 – Outros Serviços e Encargos;  
- Divisão de Serviços Gerais.

**Art. 25.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal aos trinta dias do mês agosto de mil novecentos e noventa e nove.

<b>PUBLICADO</b>	
Jornal :	<i>O Caminho</i>
Edição :	<i>nº 95</i>
Data:	<i>08.09.99</i>

  
**Cezário Engels**  
Prefeito Municipal